

Oscilações da Constituinte já estão preocupando o Presidente

Com a guinada nacionalista da Constituinte, que abalou o Centrão, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel reuniram-se quarta-feira passada para uma avaliação de sua repercussão quando da definição do mandato do presidente José Sarney. Chegaram à mesma conclusão: as oscilações da Constituinte não afetam a maioria pró-cinco anos de mandato. Mesmo assim, Sarney está preocupado. Na opinião do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiróz, ele tem toda razão: "As coisas aqui têm mudado com muita frequência. A maioria de cerca de 25 votos não é garantia alguma para a vitória dos cinco anos. O quadro só será definido na hora da votação".

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, também não considera que a situação esteja tranquila para o presidente José Sarney: "Depois da aprovação do mandato presidencial permanente de cinco anos, eu julguei o quadro definido. Mas, agora, vejo que não. Não me iludo, o Palácio do Planalto, que não se mobilizou na votação da Ordem Econômica, vem com tudo quando da votação das disposições transitórias. O Governo sabe disto: se não jogar pesado na questão do mandato, não conseguirá os cinco anos".

O Governo, porém, não está passivo na questão do mandato. O ministro Prisco Viana tem dito a seus interlocutores que o trabalho governamental para garantir os cinco anos não foi interrompido e

que as oscilações da Constituinte não afetam a maioria assegurada para a questão do mandato. Já o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, que é um dos articuladores dos cinco anos, reconhece que o bloco governista poderá perder votos, mas não o suficiente para a aprovação dos quatro anos: "Teremos pelo menos 280 votos para confirmar os cinco anos".

Na opinião do deputado Roberto Cardoso Alves, um dos coordenadores do bloco governista na Constituinte, são surpreendentes as oscilações no plenário. Ele entende que se a Constituinte optar pelos quatro anos depois de ter definido cinco anos para os sucessores do presidente José Sarney "estará fazendo uma odienta e injustificável discriminação". E diz confiar que os cinco anos serão aprovados. Enquanto manifestava essa convicção, Cardoso Alves foi interrompido pelo senador Rui Barcelar, do PMDB da Bahia: "Você está enganado. Vai dar quatro anos".

Para o deputado quatroanista Maurílio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, o que ocorreu na semana passada na Constituinte vai refletir quando da votação do mandato presidencial: "A única chance do presidente José Sarney ter assegurado os cinco anos é garantir a unanimidade militar e empresarial à sua pretensão. E isto eu considero muito difícil. O mandato só será definido no dia da votação. Será mais uma

grande batalha na Constituinte".

Tiro pela culatra

A versão mais consistente para explicar a decisão do deputado José Lourenço, líder do PFL na Constituinte e político da absoluta confiança do Planalto, a romper na segunda-feira passada o acordo praticamente acertado com as correntes nacionalistas em torno do título da Ordem Econômica é de que foi um teste de força. Lourenço esteve no Planalto, levando a avaliação de que o Centrão, que estava meio abalado, poderia se recompor integralmente.

O Planalto então deu sinal verde para o confronto. E José Lourenço, em seu veemente estilo habitual, declarou que quem quisesse fazer acordo que o fizesse "com os raios que o partam". A previsível vitória do Centrão reforçaria a estratégia do Governo de manter sua maioria para a votação do mandato de Sarney nas disposições transitórias.

Na terça-feira, o Centrão "balançou", no plenário. A opção do Planalto por reforçar a unidade de seu bloco de apoio pode apressar a sua desintegração. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte sabia da estratégia do Governo, mas fez questão de ressaltar que, em sua avaliação, as votações da Ordem Econômica não teriam uma influência direta na questão do mandato presidencial. E arrematou: "Apesar de no Planalto, ter gente pensando o contrário". (Andrei Meireles)

Burity deixa partido para aderir ao PL

O governador da Paraíba, Tarcísio Burity, eleito pelo PMDB, nas eleições gerais de 1986, anunciou, agora, a disposição de abandonar esse partido, para filiar-se ao PL, agremiação presidida pelo deputado Álvaro Vale (PL-RJ).

Caso se confirme a decisão de Burity, será ele o segundo governador dos 22 eleitos pelo PMDB a trocar de sigla partidária. Antes de Burity, o peemedebista Amazonino Mendes, que governa o Amazonas, ingressou no PDC.

Na Assembléia Constituinte, vários parlamentares já se desligaram formalmente do PMDB, estando nesse caso nove deputados federais de Minas, ligados à corrente do deputado Pimenta da Veiga, ex-líder do partido na Câmara. Outros 93 representantes peemedebista — entre os quais se encontram os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso — subscreveram um documento de apoio a que o partido faça oposição ao governo Sarney.

Jackson se desliga antes da expulsão

Aracaju — Antecipando-se à oficialização de sua expulsão do PMDB, o prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, desligou-se ontem do partido e anunciou que dentro de duas semanas se filiara ao PSB. Ele encaminhou um ofício ao diretório municipal do PMDB, pedindo o desligamento, e outro ao juiz da segunda zona eleitoral desta capital, José Rivaldo Santos, comunicando a decisão.

O PMDB de Aracaju decidiu expulsar Barreto na semana passada, depois que o Tribunal de Contas de Sergipe pediu a intervenção do governo do Estado na Prefeitura ante a constatação de uma série de irregularidades nas contas municipais referentes ao exercício de 1986. Ontem, a presidente do PMDB de Aracaju, Leila Lima, garantiu que vai desconsiderar o pedido de desligamento encaminhado por Barreto e acelerar o processo de expulsão do prefeito do partido.

PMDB enfrenta a maior crise de sua história

Em meio à maior crise de sua história, o PMDB realizará suas convenções regionais no próximo domingo, dia 8, com representatividade sensivelmente abalada em alguns dos grandes estados do País — como São Paulo, Minas Gerais e Paraná — em razão do desligamento, já concretizado ou iminente, de lideranças expressivas do Partido.

Em São Paulo, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso não deverão participar da chapa do diretório que será eleito domingo, pois estão voltados para o projeto de formação de um novo partido.

O governador paulista Orestes Quêrcia tem procurado, nos últimos dias, minimizar o significado da provável saída de Covas e Fernando Henrique, mas na realidade isso o preocupa. Pretendente à Presidência da República se as eleições ficarem mesmo para o próximo ano — como é quase certo — Quêrcia teria suas chances de vitória reduzidas pelo esfacelamento do Partido a partir das suas bases no Estado.

Em Minas Gerais, a crise foi precipitada pelo afastamento, mês passado, de um grupo de oito deputados encabeçado pelo ex-líder peemedebista Pimenta da Veiga, outro articulador do novo partido. No Rio de Janeiro, afastam-se do PMDB o ex-candidato do partido a governador do Estado, em 1982, Miro Teixeira, e os deputados Paulo Ramos (que já se filiou ao PDT) e Ana Maria Rattes. Em Pernambuco, deixarão de parti-

cipar da convenção peemedebista, porque também já estão desligados, os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares, e aqui em Brasília o senador Pompeu de Sousa.

Adiamento

Essa debandada, que também está ocorrendo em Estados de menor peso político — em Mato Grosso deixaram o PMDB três dos quatro deputados federais que o partido elegeu em 86 — está levando alguns peemedebistas, como o presidente do Senado, Humberto Lucena, a propor o adiamento da convenção nacional convocada para o dia 5 de junho. Acreditam os defensores do adiamento que, com a transferência da Convenção, a direção partidária ganhará tempo para tentar contornar o inconformismo existente no Partido e que resulta, principalmente, da falta de um posicionamento mais claro em relação ao governo. Os descontentes — grupo em que se inclui o governador da Bahia — defendem o rompimento com o Palácio do Planalto e apontam a convenção como o momento adequado para essa decisão.

Fiel ao seu temperamento temporizador, o presidente do Partido, Ulysses Guimarães, também já demonstra inclinação para o adiamento para com isso ao menos retardar, se não impedir, o racha partidário. O tema consta da pauta de entendimentos que Ulysses vem mantendo com lideranças peemedebistas, neste fim de semana, no Rio e São Paulo.

Gripe prejudica a recuperação de Lula

São Paulo — Com uma forte gripe, que o obrigou a passar por inalações a cada três horas, o candidato do PT à Presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, depende de diagnóstico do cirurgião gastroenterologista Raul Cutait — que o operou de uma apendicite na última sexta-feira — para saber se terá alta hoje, no Hospital Siro-Libanês. Preocupado com a tosse intermitente do deputado e com a quantidade de catarro acumulada nos brônquios, o Dr. Cutait adiou para hoje a decisão sobre a alta hospitalar.

Com o corte de 4 centímetros da cirurgia do apêndice já começando a cicatrizar, o deputado do PT, para evitar a repetição dos acessos de tosse foi aconselhado pelo médico a falar pouco e, por isso, as visitas ao apartamento 608 do Siro-Libanês continuaram restritas.

Quando foi operado Lula já estava gripado. Na última terça-feira, em Brasília, ele teve febre de 38 graus e na quarta-feira, quando começou a reclamar de dores na região do abdômem, pensou que fosse consequência dos acessos de tosse.

Tomaz de Azevedo 01/05/88